



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0002374-81.2016.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
Requerente: **Adriano Tobias**
Requerido: **CLARO S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DE C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou ter realizado acordo com a ré para a quitação de dívida que tinha com a mesma e que não obstante implementar os dois primeiros pagamentos ajustados ela interrompeu os serviços de telefonia a seu cargo.

Alegou ainda que a ré passou a cobrá-lo por valores sem respaldo.

Almeja ao restabelecimento dos serviços e do acordo celebrado, bem como à declaração da inexigibilidade dos débitos aludidos.

A ré em contestação genérica não refutou específica e concretamente os fatos articulados pelo autor a fl. 01, como lhe seria exigível.

Significa dizer que ela não negou o ajuste nos moldes especificados pelo autor (pagamento da dívida em quatro parcelas de R\$ 85,68 cada uma), a satisfação de duas das parcelas avençadas e a cobrança de valores correspondentes a períodos em que os serviços não foram prestados.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Como se não bastasse, a ré sequer se pronunciou sobre os documentos amealhados pelo autor.

A conjugação desses elementos, aliada à ausência de outros que apontassem para direção contrária, conduz ao acolhimento da pretensão deduzida.

Ficou patenteado que o autor vinha dando regular cumprimento ao acordo firmado com a ré e que ela, por consequência, não tinha lastro para interromper os serviços que lhe tocavam.

Bem por isso, é de rigor sua condenação a restabelecê-los e também a cumprir aquele acordo.

Já o débito no importe de R\$ 230,39, ao que se somam as importâncias equivalentes às cobranças feitas até 03/04/2016, quando o bloqueio foi cessado (fl. 41), deve ser declarado inexigível à míngua de suporte a fundamentá-lo.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar a ré a (1) restabelecer os serviços contratados pelo autor e (2) o acordo de parcelamento do saldo devedor de R\$ 171,38 em duas parcelas mensais de R\$ 85,69 cada uma, bem como para (3) declarar a inexigibilidade do débito de R\$ 230,39 e de todos os demais relativos a cobranças vencidas até 03/04/2016.

Torno definitiva a decisão de fls. 12/13, mas dou por cumprida a obrigação imposta no item 1 supra.

Fixo o prazo de trinta dias para a ré cumprir a obrigação imposta no item 2 supra e, transitada em julgado, intime-se a ré pessoalmente para seu cumprimento (Súmula nº 410 do Superior Tribunal de Justiça).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intemem-se.

São Carlos, 21 de novembro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**